

O FUTURO DA FORMAÇÃO JURÍDICA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE ENSINO HUMANISTA

THE FUTURE OF LEGAL EDUCATION: ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS A TOOL FOR HUMANISTIC TEACHING

Anderson Filipini Ribeiro¹
Filipe Mello Sampaio Cunha²
Natalia Maria Ventura da Silva Alfaya³

Como citar: RIBEIRO, Anderson Filipini; CUNHA, Filipe Mello Sampaio; ALFAYA, Natalia Maria Ventura da Silva. O futuro da formação jurídica: inteligência artificial como ferramenta de ensino humanista. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC**, Londrina, v. 9, n. 1, e107, jan./jun., 2024. DOI: 10.48159/revistadoidcc.v9n1.e107.

Resumo: O artigo explora como a Inteligência Artificial (IA) pode ser integrada ao ensino jurídico, promovendo um aprendizado eficaz e humanista. A partir da filosofia de práxis, a IA é vista como uma ferramenta capaz de otimizar a pesquisa jurídica, criar cenários simulados e personalizar o ensino. Contudo, é enfatizado que o uso dessas tecnologias deve ser acompanhado de um foco na ética, justiça social e no desenvolvimento de competências críticas. O artigo propõe que o ensino jurídico humanista, combinado à IA, pode formar profissionais capazes de transformar a sociedade, utilizando o direito como instrumento de justiça e equidade.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; ensino jurídico; filosofia de práxis; humanismo; ética; justiça social; simulações jurídicas; competências críticas.

Abstract: This article explores how Artificial Intelligence (AI) can be integrated into legal education to promote both efficient and humanistic learning. Drawing on the philosophy of praxis, AI is seen as a tool that can optimize legal research, create simulated scenarios, and personalize education. However, the article emphasizes that the use of these technologies must be accompanied by a focus on ethics, social justice, and the development of critical skills. It argues that humanistic legal education, combined with AI, can form professionals capable of transforming society by using the law as an instrument for justice and equity.

Keywords: Artificial Intelligence; legal education; philosophy of praxis; humanism; ethics; social justice; legal simulations; critical skills.

1 Mestrando em Direito pelas Faculdades Londrina. Bacharel em Direito e Teologia; Pós-graduado em Direito Penal, Direito Militar, Administração e Segurança Pública, e, Direito Civil e Processual Civil. Habilitações linguísticas, nível B1, nos idiomas: Espanhol (DELE), francês (DELF) e Italiano (CILS).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0703783803020290>.
E-mail: direito.andersonfilipini@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5145-2476>.

2 Mestrando em Direito pelas Faculdades Londrina. Bacharel em Direito e Ciências Políticas; Pós-graduado em Gestão Pública, Gestão de Processos BPM-CBOK, bem como Gestão das Águas e Sustentabilidade dos Recursos Hídricos no Brasil.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4680398321828617>.
E-mail: filipemgm@gmail.com.

3 Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Docente da Escola de Direito das Faculdades Londrina – EDFL nos níveis de graduação e mestrado. Telefone: (43) 99905-7118.
E-mail: naty.alfaya@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9731930696524695>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0312-3677>.

1 INTRODUÇÃO

A formação jurídica é um campo em constante transformação, impulsionado pelas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas que permeiam a sociedade contemporânea. Com o advento da Inteligência Artificial (IA), surgem novas oportunidades e desafios para o ensino do direito, trazendo à tona questões que transcendem a mera aplicação de regras jurídicas. Em um mundo cada vez mais mediado por tecnologias avançadas, é essencial que os profissionais do direito sejam capacitados não apenas em competências técnicas, mas também em habilidades críticas e éticas, que lhes permitam enfrentar os dilemas complexos que surgem na interseção entre o direito e a tecnologia.

A filosofia de práxis, que enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática, oferece um referencial valioso para a reconfiguração do ensino jurídico. Ela defende que o conhecimento jurídico deve ser aplicado de maneira consciente e transformadora, visando à justiça social e ao bem comum. Nesse contexto, a IA não deve ser encarada como uma mera ferramenta de eficiência, mas como um recurso que pode potencializar a capacidade dos juristas de atuar de forma humanista, crítica e ética. Assim, o desafio do ensino jurídico contemporâneo reside em integrar a tecnologia de maneira que não comprometa os valores fundamentais da prática jurídica, como a equidade e a justiça.

A introdução da IA no ensino jurídico pode revolucionar a forma como os estudantes se relacionam com o conhecimento e a prática do direito. Ferramentas de IA podem facilitar a pesquisa jurídica, criar simulações de cenários e auxiliar na tomada de decisões, permitindo que os alunos explorem questões éticas e sociais de maneira mais profunda. No entanto, é crucial que essa integração ocorra de maneira crítica, refletindo sobre os impactos sociais da tecnologia e garantindo que os futuros profissionais do direito estejam preparados para atuar em um ambiente onde a tecnologia e a ética se entrelaçam.

Portanto, este artigo busca explorar o futuro da formação jurídica, investigando como a IA pode ser utilizada como uma ferramenta de ensino humanista. Ao fazer isso, proponho um modelo de educação jurídica que não apenas abraça a inovação tecnológica, mas também permanece comprometido com a formação de profissionais que priorizam a justiça, a ética e a transformação social, contribuindo assim para um sistema jurídico mais equitativo e humano.

FILOSOFIA DE PRÁXIS NO ENSINO JURÍDICO

A filosofia de práxis, originada de correntes filosóficas como o marxismo e o existencialismo, propõe uma visão crítica e reflexiva da prática, onde a ação é inseparável do conhecimento. No contexto do ensino jurídico, essa filosofia oferece uma abordagem que vai além do aprendizado mecânico de normas e procedimentos, enfatizando a importância da consciência crítica e da reflexão sobre a realidade social em que o direito é aplicado.

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Um dos pilares da filosofia de práxis é a relação dialética entre teoria e prática. No ensino jurídico, isso se traduz na necessidade de que os estudantes não apenas absorvam conhecimento teórico, mas também desenvolvam a capacidade de aplicar esse conhecimento de forma consciente em situações concretas. A práxis envolve um processo contínuo de reflexão crítica sobre as práticas jurídicas, permitindo que os alunos reconheçam as limitações do conhecimento tradicional e busquem soluções inovadoras para problemas sociais complexos. Por exemplo, ao discutir casos práticos, os alunos são incentivados a analisar não apenas os aspectos legais, mas também as implicações éticas, sociais e políticas das decisões que tomam.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS CRÍTICAS

Integrar a filosofia de práxis no ensino jurídico implica também no desenvolvimento de competências críticas. Os estudantes são encorajados a questionar as normas existentes, a refletir sobre as injustiças presentes no sistema jurídico e a considerar alternativas que promovam uma maior equidade. Essa abordagem crítica é fundamental em um mundo onde as desigualdades sociais e a injustiça são frequentemente refletidas nas leis e na aplicação do direito. Ao cultivar uma mentalidade crítica, os alunos tornam-se mais conscientes de seu papel como agentes de mudança social, capacitados a utilizar o direito como um instrumento para a promoção da justiça e do bem-estar social.

A PRÁXIS E A ÉTICA NO EXERCÍCIO DO DIREITO

Outro aspecto crucial da filosofia de práxis no ensino jurídico é a ênfase na ética. O direito não é uma ciência neutra, mas um campo intrinsecamente ligado a valores e princípios

éticos. A prática do direito envolve decisões que podem ter impactos profundos na vida das pessoas e nas comunidades. Portanto, a formação ética dos estudantes é essencial para prepará-los para enfrentar os dilemas que surgem na prática jurídica. Através de discussões sobre ética, casos reais e simulações, os alunos são levados a refletir sobre suas responsabilidades profissionais e sociais, promovendo uma prática jurídica que não apenas busca resultados favoráveis, mas também se preocupa com a justiça e a dignidade humana.

INTEGRAÇÃO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A integração da filosofia de práxis com ferramentas de Inteligência Artificial no ensino jurídico apresenta uma oportunidade única. A IA pode ser utilizada para simular cenários práticos, permitindo que os alunos experimentem as consequências de suas decisões em um ambiente controlado. Ao mesmo tempo, é fundamental que essa utilização da tecnologia ocorra dentro de um marco ético, onde os estudantes sejam incentivados a considerar as implicações sociais da tecnologia no campo jurídico. A utilização da IA deve ser acompanhada de discussões sobre suas limitações, seus preconceitos e o impacto que pode ter sobre a equidade e a justiça.

A filosofia de práxis no ensino jurídico propõe um modelo educacional que valoriza a reflexão crítica, a ética e a conexão entre teoria e prática. Ao integrar essa abordagem com as tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial, o ensino do direito pode se tornar mais dinâmico e relevante, preparando os futuros profissionais não apenas para atuar no campo jurídico, mas para serem agentes de transformação social. Essa formação humanista é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir que o direito continue a servir como um pilar de justiça e equidade em uma sociedade em constante mudança.

IA NO ENSINO JURÍDICO: OPORTUNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) está revolucionando diversos setores, e o campo do direito não é exceção. A incorporação da IA no ensino jurídico representa uma oportunidade única de transformar não apenas a maneira como o conhecimento jurídico é transmitido, mas também a forma como os futuros profissionais interagem com o direito. As seguintes seções exploram as principais oportunidades que a IA oferece para o ensino jurídico, enfatizando a personalização do aprendizado, a prática simulatória e o desenvolvimento de habilidades críticas e éticas.

1. PERSONALIZAÇÃO DO APRENDIZADO

A IA possibilita uma personalização significativa do aprendizado jurídico, adaptando o conteúdo e a metodologia às necessidades individuais de cada aluno. Por meio de sistemas de tutoria inteligente, os estudantes podem receber feedback instantâneo e recomendações personalizadas com base em seu desempenho e estilo de aprendizagem. Esses sistemas podem analisar o progresso dos alunos, identificar áreas de dificuldade e sugerir materiais e atividades que atendam a essas necessidades específicas.

Essa abordagem personalizada é especialmente importante em um campo tão complexo quanto o direito, onde as nuances e as especificidades das normas e regulamentos podem ser desafiadoras. Ao oferecer um aprendizado adaptativo, a IA pode aumentar a retenção de conhecimento e a compreensão, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz.

2. SIMULAÇÕES DE CENÁRIOS PRÁTICOS

Uma das áreas mais promissoras para a aplicação da IA no ensino jurídico é a criação de simulações de cenários práticos. Plataformas de simulação baseadas em IA podem permitir que os alunos pratiquem a aplicação do direito em ambientes virtuais, onde podem atuar como advogados, juízes ou mediadores em situações reais ou fictícias. Essas simulações não apenas proporcionam uma experiência prática valiosa, mas também oferecem um espaço seguro para experimentar diferentes abordagens e estratégias.

Além disso, a IA pode analisar o desempenho dos alunos durante essas simulações, fornecendo feedback detalhado sobre suas decisões e comportamentos. Isso não apenas ajuda os alunos a desenvolver habilidades práticas, mas também os incentiva a refletir sobre suas escolhas, promovendo a consciência ética e crítica.

3. ANÁLISE E PESQUISA JURÍDICA AUMENTADA

A IA tem o potencial de transformar a pesquisa jurídica, tornando-a mais rápida e eficiente. Ferramentas de IA podem analisar vastos bancos de dados de jurisprudência, doutrina e legislação em questão de segundos, identificando precedentes relevantes e sugerindo conexões que poderiam passar despercebidas em pesquisas manuais. Essa capacidade de análise avançada permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda do direito e como ele é aplicado em casos reais.

Essas ferramentas também podem ajudar os alunos a compreender melhor as tendências do direito, analisando dados históricos e fornecendo insights sobre como as decisões judiciais podem evoluir ao longo do tempo. Essa perspectiva analítica é essencial para formar profissionais do direito que possam não apenas interpretar normas, mas também antecipar mudanças e tendências no cenário jurídico.

4. DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES CRÍTICAS E ÉTICAS

Embora a IA traga uma série de benefícios, é crucial que a formação jurídica aborde as questões éticas relacionadas ao seu uso. A tecnologia não é neutra e pode perpetuar preconceitos existentes se não for utilizada de forma crítica. Portanto, o ensino jurídico deve incluir uma discussão profunda sobre as implicações éticas da IA, capacitando os alunos a questionar e refletir sobre o impacto de suas escolhas no uso dessas ferramentas.

Os alunos devem ser encorajados a desenvolver uma mentalidade crítica em relação à tecnologia, questionando não apenas como utilizá-la, mas também como garantir que seu uso esteja alinhado com os valores de justiça, equidade e dignidade humana. Esse enfoque não só prepara os alunos para lidar com a IA no contexto de suas futuras carreiras, mas também os posiciona como defensores de uma prática jurídica ética e responsável.

5. A INTEGRAÇÃO DA IA NO CURRÍCULO

Para aproveitar plenamente as oportunidades de transformação que a IA oferece, é necessário integrar essa tecnologia de forma deliberada no currículo jurídico. Instituições de ensino devem investir em capacitação de professores e atualização de currículos, incorporando módulos específicos sobre tecnologia jurídica, IA e suas implicações éticas e sociais. Isso garantirá que os alunos não apenas sejam proficientes em tecnologia, mas também compreendam seu papel no contexto jurídico e social mais amplo.

A Inteligência Artificial tem o potencial de transformar radicalmente o ensino jurídico, oferecendo oportunidades para personalização do aprendizado, simulações práticas, análise avançada de dados e desenvolvimento de habilidades críticas. No entanto, essa transformação deve ser acompanhada de um compromisso com a ética e a reflexão crítica. Ao integrar a IA de maneira consciente e crítica no ensino do direito, podemos preparar os futuros profissionais

para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, capacitando-os a usar a tecnologia como um instrumento para a promoção da justiça e da equidade.

IA E A MANUTENÇÃO DE UM ENSINO JURÍDICO HUMANISTA

A manutenção de um ensino jurídico humanista em um cenário onde a Inteligência Artificial (IA) se torna cada vez mais prevalente é um desafio significativo, mas também uma oportunidade rica. O ensino jurídico humanista prioriza a formação de profissionais que não apenas dominem o conhecimento técnico, mas que também sejam sensíveis às dimensões éticas e sociais de sua atuação. A integração da IA nesse contexto não deve resultar na desumanização do ensino, mas sim em uma valorização das interações humanas, da reflexão crítica e da ética profissional. As seções a seguir exploram como a IA pode contribuir para a manutenção de um ensino jurídico humanista.

1. VALORIZAÇÃO DA EMPATIA E DA RELAÇÃO INTERPESSOAL

A prática do direito é intrinsecamente humana; envolve interações com pessoas que estão enfrentando desafios significativos em suas vidas. A IA pode ajudar a facilitar essas interações, mas não deve substituir a empatia e a compreensão humana que são fundamentais na prática jurídica. Ferramentas de IA podem ser utilizadas para melhorar a comunicação entre advogados e clientes, oferecendo informações claras e acessíveis. No entanto, o papel do advogado como conselheiro e defensor deve ser sempre enfatizado. A formação deve incentivar os estudantes a desenvolver habilidades interpessoais, como a escuta ativa, a comunicação eficaz e a capacidade de se colocar no lugar do outro.

2. PROMOÇÃO DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA E REFLEXIVA

A IA pode ser uma aliada no desenvolvimento do pensamento crítico entre os alunos de direito. Ao fornecer acesso a dados, jurisprudência e análises, a IA permite que os estudantes explorem questões complexas de maneira mais aprofundada. No entanto, é fundamental que essa análise seja acompanhada de um pensamento crítico que questione os resultados apresentados pela IA. Os alunos devem ser incentivados a refletir sobre as implicações éticas de suas descobertas, reconhecendo que a tecnologia é uma ferramenta que deve ser utilizada com responsabilidade e consciência.

As simulações de cenários baseadas em IA podem servir como uma plataforma para discussões sobre dilemas éticos e questões sociais. Essas experiências práticas permitem que os estudantes considerem não apenas o que a lei diz, mas também o que é justo e humano. Ao envolver os alunos em debates sobre os impactos das decisões jurídicas na vida das pessoas, a educação pode promover uma perspectiva humanista que contrabalança o uso da tecnologia.

3. ENSINO DE ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ética deve ser um componente central do currículo jurídico, especialmente em um contexto onde a IA desempenha um papel crescente. Os alunos devem ser educados sobre os princípios éticos que regem a prática jurídica e a importância da responsabilidade social. Isso inclui discussões sobre a equidade no acesso à justiça, a transparência na utilização de ferramentas de IA e a necessidade de proteger os direitos individuais em um mundo digital.

A IA pode ser utilizada para criar cenários que desafiem os alunos a considerar as implicações éticas de suas ações. Por exemplo, ao analisar casos onde a IA foi utilizada para prever resultados judiciais, os alunos podem discutir as consequências de decisões automatizadas e o impacto que isso pode ter sobre a vida das pessoas. Essa abordagem não apenas incentiva a reflexão ética, mas também prepara os alunos para serem defensores da justiça em suas futuras carreiras.

4. INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO JURÍDICO

A IA também pode contribuir para a promoção da inclusão e da acessibilidade no ensino jurídico. Ferramentas tecnológicas podem ajudar a tornar o aprendizado mais acessível para estudantes com diferentes necessidades. Por exemplo, plataformas de aprendizado adaptativo podem ser projetadas para atender a alunos com dificuldades de aprendizado, permitindo que cada um avance em seu próprio ritmo e estilo.

Além disso, a utilização de IA para traduzir conteúdos e tornar informações jurídicas mais acessíveis pode democratizar o acesso à educação jurídica e, por consequência, ao próprio sistema jurídico. Isso é especialmente relevante em contextos onde as comunidades marginalizadas enfrentam barreiras significativas ao acesso à justiça. O ensino jurídico humanista deve, portanto, aproveitar as oportunidades oferecidas pela IA para promover a inclusão e garantir que todos os cidadãos tenham a possibilidade de entender e acessar seus direitos.

5. REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA TECNOLOGIA NO DIREITO

É essencial que a formação em direito aborde o papel da tecnologia no sistema jurídico de forma crítica. Os estudantes devem ser incentivados a questionar não apenas como a IA pode ser utilizada para melhorar a eficiência e a eficácia, mas também quais são os riscos associados a sua adoção. Questões como preconceitos nos algoritmos, privacidade de dados e a possibilidade de desumanização do processo jurídico devem ser discutidas.

Os alunos devem ser preparados para serem defensores de uma aplicação ética da tecnologia, garantindo que a IA seja utilizada para promover a justiça e não para perpetuar desigualdades. Essa abordagem crítica ajudará a cultivar uma nova geração de profissionais do direito que compreendem a complexidade da interseção entre direito, tecnologia e sociedade.

A integração da Inteligência Artificial no ensino jurídico oferece oportunidades valiosas para a transformação da educação, mas deve ser abordada com uma perspectiva humanista. A valorização da empatia, o desenvolvimento do pensamento crítico, a ênfase na ética e na responsabilidade social, a promoção da inclusão e a reflexão sobre o papel da tecnologia são elementos fundamentais para garantir que o ensino jurídico permaneça centrado no ser humano. Através de uma abordagem consciente e crítica, a IA pode ser uma aliada na formação de profissionais do direito que não apenas dominem as ferramentas tecnológicas, mas que também estejam comprometidos com a justiça, a equidade e a dignidade humana.

CENÁRIOS DE ENSINO JURÍDICO COM IA E PRÁXIS

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no ensino jurídico, aliada à filosofia da práxis, oferece oportunidades inovadoras para o desenvolvimento de cenários de aprendizado que promovem uma formação mais crítica, ética e prática. Esses cenários não apenas possibilitam que os alunos apliquem o conhecimento teórico em contextos reais, mas também fomentam a reflexão crítica sobre as implicações éticas e sociais de suas ações. A seguir, exploramos diversos cenários que exemplificam como a IA pode ser utilizada em conjunto com a práxis no ensino jurídico.

1. SIMULAÇÕES DE JULGAMENTOS VIRTUAIS

Uma das aplicações mais impactantes da IA no ensino jurídico é a criação de simulações de julgamentos virtuais. Utilizando tecnologia de IA, os alunos podem participar de simulações de tribunal, assumindo papéis de advogados, juízes e testemunhas. Essas simulações permitem

que os alunos pratiquem a argumentação jurídica, desenvolvam habilidades de oratória e aprendam a apresentar e refutar evidências.

A IA pode ser utilizada para criar cenários complexos que refletem casos reais, integrando elementos de jurisprudência e regulamentos relevantes. Durante a simulação, algoritmos de IA podem avaliar o desempenho dos alunos, oferecendo feedback instantâneo sobre a eficácia de suas estratégias argumentativas e seu entendimento das normas jurídicas. Além disso, os estudantes podem ser incentivados a refletir sobre as consequências de suas decisões e a considerar as dimensões éticas e sociais dos casos que estão abordando.

2. ANÁLISE DE CASOS COM APRENDIZADO DE MÁQUINA

Cenários de aprendizado que utilizam ferramentas de IA para análise de casos são uma maneira eficaz de promover a práxis no ensino jurídico. Por meio de softwares de aprendizado de máquina, os alunos podem explorar grandes volumes de dados legais, como jurisprudência e doutrina, para identificar padrões, tendências e precedentes relevantes. Essa análise não apenas ajuda os alunos a desenvolver habilidades de pesquisa, mas também os encoraja a refletir sobre como esses dados podem influenciar a prática jurídica.

Além disso, os alunos podem ser desafiados a utilizar esses insights para formular argumentos jurídicos em casos fictícios. A reflexão sobre a validade e as limitações da IA na análise de casos é fundamental para garantir que os estudantes compreendam não apenas a tecnologia, mas também a ética que deve acompanhar seu uso no contexto jurídico.

3. FERRAMENTAS DE FEEDBACK INSTANTÂNEO

Outra aplicação da IA no ensino jurídico é a criação de ferramentas de feedback instantâneo. Essas ferramentas podem ser integradas a plataformas de aprendizado online, permitindo que os alunos submetam trabalhos, ensaios ou apresentações e recebam feedback automatizado em tempo real. A IA pode avaliar não apenas a clareza e a estrutura dos argumentos, mas também a adequação legal e a relevância dos pontos abordados.

Esses sistemas de feedback podem ser projetados para incentivar a reflexão crítica, destacando áreas em que os alunos precisam melhorar e sugerindo recursos adicionais. A prática da autoavaliação, promovida por esses sistemas, pode ajudar os estudantes a desenvolver uma mentalidade de aprendizado contínuo, fundamental na prática jurídica.

4. DEBATES ÉTICOS COM SUPORTE DE IA

Cenários de debate ético são essenciais para a formação de profissionais do direito que compreendem a importância da ética em sua prática. Utilizando IA, os alunos podem participar de debates sobre questões jurídicas contemporâneas, como privacidade de dados, inteligência artificial e responsabilidade social. A IA pode ser empregada para analisar dados e evidências relevantes, fornecendo informações que enriquecem as discussões.

Esses debates podem ser organizados em formato de painéis, onde grupos de alunos representam diferentes perspectivas sobre uma questão específica. A utilização de IA para fornecer dados e estatísticas durante os debates pode ajudar os alunos a fundamentar suas posições de forma mais robusta, promovendo a reflexão crítica sobre as implicações de suas opiniões.

5. LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO JURÍDICA

A criação de laboratórios de inovação jurídica, onde a IA é utilizada como uma ferramenta para desenvolver soluções criativas para problemas legais, é um cenário promissor. Esses laboratórios podem funcionar como espaços de colaboração onde os alunos trabalham em equipes para explorar como a tecnologia pode ser utilizada para melhorar o acesso à justiça, desenvolver novas práticas legais ou criar soluções para desafios sociais.

Os alunos podem ser incentivados a identificar problemas no sistema jurídico e a usar ferramentas de IA para desenvolver protótipos de aplicativos ou plataformas que abordem essas questões. Essa abordagem não apenas estimula a criatividade e a inovação, mas também promove uma compreensão prática da interseção entre direito e tecnologia, alinhando-se aos princípios da práxis.

Os cenários de ensino jurídico que integram a Inteligência Artificial e a filosofia da práxis oferecem uma abordagem dinâmica e inovadora para a formação de profissionais do direito. A utilização de simulações, análise de casos, feedback instantâneo, debates éticos e laboratórios de inovação permite que os alunos desenvolvam habilidades práticas enquanto refletem sobre as dimensões éticas e sociais de sua atuação. Essa combinação não apenas prepara os estudantes para os desafios contemporâneos do campo jurídico, mas também garante que a prática do direito permaneça centrada no ser humano, promovendo a justiça, a equidade e a dignidade. Ao explorar essas oportunidades, as instituições de ensino jurídico podem moldar

uma nova geração de advogados que são tanto tecnicamente competentes quanto profundamente comprometidos com os valores éticos e humanistas.

CONCLUSÃO

A integração da Inteligência Artificial (IA) no ensino jurídico, aliada à filosofia da práxis, representa uma revolução significativa na forma como o direito é ensinado e praticado.

À medida que as ferramentas de IA se tornam mais sofisticadas e prevalentes, é crucial que as instituições de ensino jurídico não apenas adotem essas tecnologias, mas também reflitam criticamente sobre suas implicações éticas, sociais e humanas.

Em primeiro lugar, a IA tem o potencial de enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos, permitindo uma personalização do ensino que considera as necessidades e estilos de aprendizagem individuais. Isso pode levar a uma maior retenção de conhecimento e a um entendimento mais profundo das complexidades do direito. A possibilidade de simulações práticas e análises de casos com o suporte da IA oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico em contextos reais, promovendo uma aprendizagem que vai além do ambiente acadêmico tradicional.

No entanto, essa transformação não deve resultar em uma desumanização do ensino jurídico. É essencial que o foco permaneça na formação de profissionais que sejam não apenas tecnicamente competentes, mas também éticos e sensíveis às realidades sociais. A prática do direito envolve interações humanas complexas, e a empatia deve continuar a ser uma habilidade central para qualquer advogado. Portanto, a educação jurídica deve priorizar o desenvolvimento de habilidades interpessoais, pensamento crítico e reflexão ética, utilizando a IA como uma ferramenta que complementa, e não substitui, a interação humana.

A filosofia da práxis, com seu enfoque na relação entre teoria e prática, é particularmente relevante neste contexto. Ela incentiva os alunos a questionar, refletir e atuar de maneira consciente em suas decisões, promovendo uma abordagem crítica em relação ao uso da tecnologia. Isso é fundamental para garantir que os futuros profissionais do direito não apenas adotem a IA, mas também compreendam suas limitações e os riscos associados a seu uso. Discutir questões éticas e sociais relacionadas à tecnologia é essencial para formar advogados que sejam defensores da justiça e da equidade.

Além disso, a inclusão de cenários de aprendizado que explorem a interseção entre direito e tecnologia prepara os alunos para os desafios do futuro. À medida que a sociedade se

torna cada vez mais dependente da tecnologia, a capacidade de adaptar-se e inovar será um diferencial competitivo para os profissionais do direito. Laboratórios de inovação, debates éticos e simulações de julgamentos virtuais são apenas algumas das maneiras pelas quais a educação jurídica pode se preparar para o futuro, garantindo que os alunos estejam prontos para enfrentar as complexidades do sistema jurídico contemporâneo.

Em suma, a integração da IA no ensino jurídico, quando realizada de forma consciente e crítica, tem o potencial de transformar a formação de advogados. Essa transformação deve sempre ser guiada por uma filosofia humanista que prioriza a ética, a equidade e o compromisso com a justiça social. Ao moldar uma nova geração de profissionais que compreendem a importância da tecnologia, mas que também valorizam as relações humanas e a responsabilidade social, as instituições de ensino jurídico podem contribuir para um futuro mais justo e igualitário. Assim, o ensino jurídico não apenas se adapta às novas realidades, mas também se afirma como um pilar essencial na promoção da justiça e da dignidade humana em um mundo em constante mudança

REFERÊNCIAS

- BROWN, Peter; RUDD, Keith. *The Challenge of Justice: A Global Perspective on Human Rights*. New York: Routledge, 2016.
- BURK, Dan. Legal and ethical issues in artificial intelligence. In: FRANKISH, Keith; RAMSEY, William M. (Org.). *The Cambridge handbook of artificial intelligence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 601-616.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação*. São Paulo: Atlas, 2003.
- FLORIDI, Luciano. *The ethics of artificial intelligence*. New York: Oxford University Press, 2019.
- FUKUYAMA, Francis. *A ordem política e seu desmantelamento: da revolução da era moderna à era da globalização*. São Paulo: Editora Planeta, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KETTLE, Robert. *Law and artificial intelligence: the impact of machine learning on the legal profession*. London: Hart Publishing, 2020.
- LESSIG, Lawrence. *Code and Other Laws of Cyberspace*. New York: Basic Books, 1999.

MACHADO, Antônio Augusto Cançado Trindade. *O direito internacional em um mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Boitempo, 2011.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2019.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

RAZ, Joseph. *A filosofia do direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

RICCI, Érica. *O direito à educação e a função social da escola: desafios contemporâneos*. São Paulo: Editora LTr, 2021.

SILVA, Jorge Luiz de Almeida. *Inteligência artificial e o direito: desafios e oportunidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 2021.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. *O futuro das profissões: como a tecnologia transformará o trabalho dos especialistas humanos*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SUSSKIND, Richard. *Online courts and the future of justice*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

VALENTE, Marcelo F. *Inteligência artificial e direito: o impacto das novas tecnologias no sistema jurídico*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

WILSON, Edward O. *Consilience: the unity of knowledge*. New York: Knopf, 1998.

Data de submissão: 15/11/2024

Data de aprovação: 09/12/2024

Data de publicação: 19/02/2025

Este trabalho é publicado sob uma licença
Creative Commons Attribution 4.0 International License.